

ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, gostaria, inicialmente, de fazer o registro do falecimento da vice-prefeita de Abelardo Luz, do Partido Progressista, Marlene Piccinin, que ocasionou uma grande surpresa no Parque da Femi, em Xanxerê, no momento do encontro alusivo aos 30 anos de luta e caminhada do Movimento das Mulheres

Camponesas, quando teve um mal súbito e veio a óbito.

Quero fazer este registro de pesar e, ao mesmo tempo, dar uma palavra de motivação a todas as mulheres que fazem parte desse movimento que já conta com a participação de 600 a 700 mulheres no dia de hoje e também amanhã, em que certamente teremos uma presença mais massiva alusiva aos 30 anos de caminhada, de luta do Movimento das Mulheres Camponesas. Movimento esse que se constrói e se fortalece com a luta das trabalhadoras nesses 30 anos de caminhada e de história.

Já na década de 80, diferentes movimentos de mulheres em vários estados foram se consolidando em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo, sendo que o Movimento das Mulheres Camponesas conseguiu colocar em evidência a mulher do campo que, além de trabalhar nas atividades da agricultura familiar, também exerce o papel de mulher, trabalha pela subsistência do próprio lar e luta pela produção de alimentos saudáveis, não apenas para a sua família, mas para que esses mesmos alimentos cheguem à mesa das famílias que os consomem.

É com as bandeiras do reconhecimento e da valorização das trabalhadoras rurais que o Movimento das Mulheres Camponesas iniciou uma estratégia de profunda luta e libertação da mulher, envolvendo várias ações pela sindicalização, pela documentação e buscando, ao mesmo tempo, a consolidação dos direitos previdenciários, bem como o salário-maternidade, aposentadoria, entre tantas outras lutas que acompanharam de perto a mobilização e a organização das mulheres camponesas.

No nosso mandato ao longo dessa história, tendo em vista a sua origem, que nasceu à luz da formação das pequenas comunidades eclesiais de base, à luz do debate e da reflexão, a partir do projeto de Deus, da Bíblia, é que se despertam vários olhares na construção e na busca da consolidação de direitos que são fundamentais para

o exercício da cidadania, com a participação da sociedade.

Além das comunidades eclesiais de base, que foram o fermento na organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, consegue-se também avançar na consolidação da comissão da Pastoral da Terra, que culmina com o Movimento dos Sem Terra e avança na política da distribuição da terra de milhares e milhares de famílias por todo o território nacional, com reflexos mundiais em outros países, principalmente latino-americanos.

Foi exatamente nessa direção, nessa década dos anos 80 que também se inicia toda essa luta e essa organização e mobilização das mulheres camponesas.

Portanto, no dia de hoje e no dia de amanhã teremos a grande concentração das mulheres camponesas no município de Xanxerê, no Parque da Femi, onde, com certeza, mais de mil mulheres estarão reunidas para a data comemorativa aos 30 anos de organização, de mobilização e de direitos conquistados.

Então, estaremos lá presentes nessa atividade que julgamos extremamente importante, pois tem sido um movimento que tem contribuído enormemente com a inclusão social e com a conquista de muitos outros direitos.

Mas gostaria de aproveitar, deputado Kennedy Nunes, este momento das Breves Comunicações para dizer que acompanhei a caravana dos Partidos dos Trabalhadores, neste final de semana, em várias microrregionais, onde estão acontecendo os debates e os preparativos para o processo de eleição direta dos municípios em nível de estado e em nível nacional. São atividades, diga-se de passagem, extremamente importantes que contam com um grande volume de participação dos filiados e filiadas do PT.

Mais uma vez se percebe que há uma motivação muito forte, muito grande por parte da nossa militância neste momento de reorganização do Partido dos Trabalhadores, apontando, ao mesmo tempo, o despertar para as eleições de 2014.

Durante esse período fui prefeito em dois mandatos e estou no terceiro mandato de deputado

estadual na Assembleia Legislativa. E tenho, com muita consciência e tranquilidade, durante esse caminho da reeleição, colocado o nosso nome à disposição do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina para a disputa da sucessão em 2014, para contribuir com o processo eleitoral.

Para concluir quero, mais uma vez, reafirmar aqui que depois dessa trajetória de caminhada, além de estar pavimentando o processo da reeleição para esta Casa, coloquei meu nome à disposição da direção partidária do PT, para que possa, em 2014, se esse for o entendimento, contribuir com esse processo, pois vejo a questão da política como uma missão a ser colocada a serviço da sociedade.

Era isso que tinha a colocar, sr. presidente.
Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, nobre deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, sr. presidente.

Assomo à tribuna nesta tarde, em Explicação Pessoal, para falar de uma importante reunião que tivemos ontem com o presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, com o ex-deputado Gean Loureiro, que preside esta importante entidade no estado, com o objetivo de discutir inúmeros temas relacionados especialmente à agricultura familiar.

Discutimos os encaminhamentos do Cadastro Ambiental Rural - CAR -, esse novo sistema que o Código Ambiental está implantando no Brasil, que facilita e dá uma oportunidade, deputado Serafim Venzon, a todos os agricultores familiares de poderem se cadastrar através de um processo simplificado, sem custo, a fim de possam ficar em dia com a questão das leis do processo ambiental.

Então, o estado já aderiu, em nível nacional, a esse processo, e era uma cobrança que sempre fazíamos aqui, e agora, nesses dias, a ministra do Meio Ambiente deve fazer a resolução, dando início ao CAR no Brasil, nos estados que aderiram a esse sistema. Somente dois estados do país ainda não

aderiram ao sistema. Por isso estamos debatendo a forma de fazer isso e os parceiros que vão acompanhar e contribuir nesse processo, além das prefeituras, dos sindicatos, das entidades que tiverem interesse em contribuir nesse processo do Cadastro Ambiental Rural.

Srs. deputados, recebemos a informação há alguns dias, desta tribuna, em audiência com a desembargadora Salete Sommariva, de que hoje está sendo exigido nos cartórios, ao ser feita a transferência de escritura, o licenciamento ambiental. Mas tivemos a garantia de que assim que o estado iniciar o CAR, o Cadastro Ambiental Rural, isso irá cair, não vai mais ser exigido. Então, são passos que vamos dando. Foram discutidos aqui também outros temas com o presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

Quero aqui ressaltar, sr. presidente, que nesta semana e na semana que vem os trabalhadores e trabalhadoras catarinenses estarão participando de grandes processos de debate, de luta, de mobilização, de greves pelo estado afora. Essas entidades, esses sindicatos e organizações representam categorias de trabalhadores e setores da sociedade catarinense importantes para a construção de políticas públicas e políticas de renda aos trabalhadores. Inclusive acompanhamos de perto, no último sábado, a mobilização e a greve dos trabalhadores da saúde, do Hospital Materno Infantil, de parte do Hospital Regional de Chapecó e recebemos a visita há pouco dos trabalhadores do serviço público municipal de Florianópolis ligados à Sintrasm, deputada Ana Paula Lima, que precisam, de igual forma, do nosso apoio.

Queremos discutir a valorização dos servidores públicos estaduais e municipais, conversamos com os agentes prisionais, através do sr. Mário Antônio da Silva, presidente do Sintesp, e do sr. Volnei Rosalen, que é dirigente sindical, os quais pediram apoio nessa luta dos trabalhadores, dos agentes prisionais que cumprem uma função muito importante na sociedade catarinense, uma profissão que não é fácil, pois eles lidam no dia a dia com pessoas presas, arriscando muitas vezes a sua vida

em defesa da sociedade catarinense. Por isso precisam ser valorizados.

Então, esperamos que o governo os atenda hoje à tarde e dê uma solução para isso tudo, pois eles estão em estado de greve. Seria muito ruim se os trabalhadores da segurança pública, os agentes prisionais, os agentes técnicos que atuam nos presídios em nosso estado tiverem que parar suas atividades por não terem sido atendidas as suas reivindicações. Pelo menos que seja oferecida uma proposta concreta para essa categoria, para que possam sair do estado de greve e continuar seu trabalho.

Enfim, há diversas categorias da segurança pública, da saúde, dos servidores públicos municipais, como também a Fretraf Sul, em que os seus dirigentes virão para a capital participar de audiências, para discutir a pauta de reivindicações da agricultura familiar e buscar políticas de investimento e melhor qualidade de vida à agricultura familiar de Santa Catarina.

Gostaria, sr. presidente, de cumprimentar e parabenizar todas as categorias, as organizações, em especial a Fetraf Sul, que estão debatendo o investimento dos R\$ 60 milhões destinados à prevenção da estiagem, à alimentação escolar, e outros temas que estão sendo debatidos juntamente com o governo do estado.

Será realizado também o grande encontro, hoje e amanhã - isso já foi levantado pelo colega deputado Padre Pedro Baldissera - dos 30 anos do Movimento de Mulheres Agricultoras, no município de Xanxerê, do qual estaremos participando. Além disso, semana que vem ocorrerá a Marcha dos Catarinenses, em que trabalhadores de várias categorias, de centrais sindicais estarão na capital participando de uma mobilização que acontece há vários anos, para discutir temas da luta dos trabalhadores brasileiros e catarinenses. É importante a luta dessas categorias, como foi a do piso mínimo regional.

Amanhã, dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, queremos homenagear todos os trabalhadores. Esta Casa deu uma grande contribuição quando aprovou,

em 2009, o piso mínimo regional que hoje já beneficia mais de um milhão de trabalhadores, melhorando sua condição de vida, sua renda, ganhando, com isso, toda a sociedade.

Quero falar sobre a sessão especial que foi realizada, ontem, alusiva aos 70 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas em nosso país. Com certeza, já naquela época, muitos trabalhadores pressionaram para que houvesse uma lei que reconhecesse seus direitos. Claro que há muita coisa pela frente, o dia 1º de maio é de luta, mas também de comemoração de muitas conquistas durante sua história de mobilização.

Às vezes, podemos não gostar quando as categorias se mobilizam, fazem greves, seja no serviço público ou na iniciativa privada, mas na grande maioria das vezes é um espaço extremo de busca do diálogo de uma pauta de reivindicações.

Precisamos então respeitar os trabalhadores que lutam e constroem nosso estado, contribuem com o desenvolvimento e com a geração de renda em nossas empresas. Dia 1º de maio é um dia justamente de reflexão e estaremos sempre juntos em organizações justas e necessárias somando forças a essas diversas categorias de trabalhadores.

Parabéns a todos neste 1º de maio!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, em sr. deputado Serafim Venzon, líder do PSDB, por até dez minutos. Após o referido deputado, a palavra será concedida ao deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, quero, inicialmente, cumprimentar todos os prefeitos e vereadores que acompanham a nossa sessão; o prefeito de Bom Jardim da Serra, sr. Edelvânio Topanotti, e o presidente da Câmara, sr. Guaraci Rogério Amaral.

Quero também cumprimentar todos os trabalhadores, pois amanhã, dia 1º de maio, que é

o Dia do Trabalho, pararemos para reverenciar esse dia. Cada um que for olhar para frente e para trás irá encontrar, seguramente, um trabalhador de cada categoria. O trabalho de cada um faz bem, primeiramente, para si mesmo, depois para sua família e para quem estiver próximo. Mas também faz um bem danado para muita gente, pois é indispensável para a construção da economia da cidade e para a economia global, onde todos estão inseridos.

Então, saúdo todos os trabalhadores, pois quando cada um que faz o seu trabalho, na verdade, está multiplicando, está potencializando os seus dons ou aquilo que sabe fazer, que é capaz de fazer, como disse, em benefício dele, em benefícios dos mais próximos, da família e de todos que compõem a sociedade.

Quero cumprimentar, da mesma forma, o prefeito de Blumenau, Napoleão Bernardes, que ontem promoveu uma reunião no gabinete da prefeitura em Blumenau, ocasião em que estavam presentes todos os prefeitos da Ammvi, Associação do Médio Vale do Rio Itajaí-Açu - Laércio Schuster Filho, presidente da Ammvi, Celso Zuchi, presidente da Fecam, e os prefeitos de Gaspar, de Brusque, de Indaial, Pomerode, enfim, os 14 prefeitos que fazem parte da Associação do Médio Vale do Rio Itajaí-Açu, para discutir a questão da necessidade da construção da penitenciária naquela região, para atender a sua necessidade, em substituição a uma cadeia que merece reparos.

Naquela reunião, ouvi inúmeros elogios feitos, por exemplo, ao dr. Edemir Alexandre Camargo Neto, coordenador da penitenciária do vale do Itajaí; ao dr. Pedro Walicoski Carvalho, juiz da comarca de Itajaí, representando o Judiciário da Foz daquele município, que recebeu inúmeros elogios da cadeia de lá, que é um exemplo, como também a de Joinville. E em Blumenau se busca uma forma semelhante àquela de Itajaí, onde existe uma interação boa, uma oportunidade não somente para deter as pessoas, os apenados, como também para dar a eles recuperação e condições para, ao saírem

de lá, conseguirem uma profissão, a fim de poder se sustentar. Então, foram inúmeros elogios dados.

Estava lá presentes o desembargador Vanderlei Romer, do Tribunal de Justiça; o dr. Júlio César Ferreira de Mello, juiz da Justiça Federal; o representante do governo do estado, dr. Nelson Serpa, e Cesar Botelho, ex-secretário de Desenvolvimento Regional de Blumenau, que manifestaram o desejo de que de fato essa cadeia seja um instrumento para sanar a ferida que, afinal, tem que ser sanada ali também e instrumento para a recuperação de fato.

Naturalmente, causou-me surpresa, hoje pela manhã, quando acompanhamos, através dos meios de comunicação, pela rádio e pela televisão, os comentários feitos sobre a festa que ocorreu na cadeia, sendo que na capa do *Diário Catarinense* está assim: "Balada na Cadeia", que é colocado como um questionamento, pois como pode ocorrer balada na cadeia?

À primeira vista, isso também me causou surpresa. Certamente é algo que não dá para programar. Inclusive, foram feitos inúmeros comentários e críticas por responsáveis superiores aos agentes penitenciários dessa cadeia de Chapecó, porque essa foi uma ação da cadeia daquele município, que naturalmente não saiu da programação da secretaria da Cidadania, da secretaria de Segurança Pública que chegou lá. Mas ao mesmo tempo falamos, todos os dias, que a cadeia tem que ser um instrumento de recuperação do preso, tem que ser um instrumento para promover a reintegração daquele apenado para a sociedade.

O diretor da cadeia de Chapecó talvez tenha exagerado um pouco na forma de conduzir o processo, mas ele entendeu bem a mensagem. Se imaginarmos um baile promovido na cadeia, em que o animador da festa, o gaiteiro e a turma da bateria do violão eram todos apenados com suas famílias e com as famílias dos agentes e mais algumas pessoas que lhes querem bem, evidentemente que isso seria o ideal de uma convivência. Assim sendo, não poderia fazer críticas maldosas ao diretor desse presídio que conseguiu tamanha evolução, tanto é

que não tem nenhuma menção nos jornais de que alguém tenha fugido ou se evadido da cadeia de Chapecó depois desse evento.

Certamente o diretor nem tenha autorizado essa festa, mas imagino que deve haver uma boa convivência entre os apenados e as suas famílias com os agentes penitenciários, que permitiram que acontecesse um fato inusitado, mas dentro da teoria de que a cadeia deve ser um instrumento de recuperação do indivíduo, de reintegração da pessoa. Então, não dá para imaginar que o apenado seja alguém que fica exclusivamente atrás das grades, num lugar frio, úmido e extremamente indesejado por qualquer um de nós.

Apesar de achar que tenha havido um exagero, acho que aquele diretor entendeu a mensagem de qual é a verdadeira finalidade de uma cadeia, que além de ser um sistema de apreensão é também uma forma de recuperação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, faço também minhas palavras de reflexão aos trabalhadores, em especial aos trabalhadores catarinenses, pela data do dia 1º de maio. Essa data que vem sido conquistada e construída ao longo dos anos, desde as históricas greves na França, em Paris, em 1889, sendo oficializada em nível universal. Mas no Brasil, no início da década de 1920, essa data torna-se também reflexão para a Consolidação das Leis do Trabalho, que completa 70 anos.

Como dizia o poeta Ralph Emerson, nunca é perdido o tempo dedicado ao trabalho. Por isso nossas considerações e aplausos aos trabalhadores catarinenses.

Sr. presidente e srs. deputados, apresento, na tarde de hoje, um novo projeto de nossa autoria que estamos dando entrada nesta Casa. É um projeto que proíbe o comércio de produtos que contenham em

sua composição o princípio ativo aldicarbe, conhecido como chumbinho. Talvez isso pareça estranho porque no Brasil, deputado Kennedy Nunes, já é proibida a venda desse produto, mas, infelizmente, encontramos o mesmo em agropecuárias da cidade de Blumenau.

Sabemos que esse é um produto usado para dizimar animais, por isso peço à assessoria que passe a reportagem anotada na cidade de Blumenau, neste momento, para que possa traçar um paralelo sobre a proposta que apresento.

(Procede-se à exibição da reportagem.)

Essas são outras atrocidades cometidas, mas quero de forma bastante pontual falar sobre a questão do chumbinho. Como disse, é proibida a venda do produto no Brasil, mas encontramos ainda a venda nas agropecuárias deste estado e com o agravante ainda de ser vendido para menores.

A nossa proposta tem o seguinte sentido:

Fica vedada a comercialização no estado de Santa Catarina de produtos que contenham em sua composição o princípio ativo aldicarbe, do grupo químico metilcarbamato de oxima, conhecido como chumbinho. O descumprimento do disposto nesta lei, sujeita o estabelecimento infrator às seguintes sanções: advertência por escrito da autoridade competente; multa de 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, e a suspensão do alvará de funcionamento a partir da terceira reincidência até a devida regularização.

Infelizmente, deputada Ana Paula Lima, já foram registradas em Boletim de Ocorrência 48 mortes de animais por esse produto que é encontrado em feiras livres, camelôs e, principalmente, em agropecuárias, também conhecido como raticida, além do que possui um histórico causador de intoxicações acidentais, principalmente em crianças.

Portanto, essa é a nossa contribuição para que de uma forma civilizada possamos dar amparo aos animais de estimação dos bairros da nossa cidade que acabam sendo afetados por essa espécie de vandalismo e de absoluta falta de humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado. Com certeza isso não pode continuar acontecendo.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença do prefeito de Chapadão do Lageado, que fica no alto vale do Itajaí; de José Bráulio Inácio, conhecido carinhosamente como Zezé; do vice-prefeito Orlando Paul; do vereador Marcos Aurélio e do secretário da Saúde Márcio Maciel, que vieram fazer uma visita à Assembleia.

Sejam bem-vindos a este Poder!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - É feito o registro, sra. deputada.

Srs. deputados, há dois requerimentos assinados por todas as lideranças pedindo para que seja aberto espaço para manifestações.

Esta Presidência propõe que seja aberto um espaço agora e outro no final, para não fazermos tudo ao mesmo tempo.

Portanto, conforme requerimento feito pelo deputado Neodi Saretta, vamos suspender a sessão por até dez minutos para ouvirmos o prefeito Luiz Carlos Xavier, de Otacílio Costa, que vai falar sobre a 4ª Festa da Madeira que será realizada nos entre os dias 10, 11 e 12 de maio.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao MD, novo partido que é representado pelo nobre deputado Sandro Silva nesta Casa.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado conterrâneo Kennedy Nunes, srs. deputados, sra. deputada, pessoas que nos

acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero saudar a delegação de Joinville, a CDL Jovem e a Acij Jovem, que vieram a esta Casa divulgar a ExpoGestão, um dos maiores eventos que trata de gestão no Brasil e, quem sabe, na América Latina, pois está trazendo nomes nacionais e internacionais para debater sobre esse assunto.

Primeiramente, gostaria de parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina pelo Programa Antonieta de Barros, que recebeu, na semana passada, o Prêmio Camélia da Liberdade Ação Firmativa, Atitude Positiva (2013), na categoria Poder Público, pelo trabalho de inclusão social que faz com jovens carentes de Florianópolis que estagiam e têm experiência nas áreas administrativas deste Parlamento.

Então, esse programa foi homenageado e premiado no Rio de Janeiro. E a sra. Marilú Lima de Oliveira, que é a coordenadora, foi quem nos representou. Por isso parabenizo-a, bem como todos os jovens do Programa Antonieta de Barros, como também as pessoas que trabalham no referido programa e aqueles que já passaram pelo projeto e que receberam esse reconhecimento nacional através do referido prêmio.

Também, sr. presidente, estávamos reunidos no meu gabinete com lideranças do Movimento Negro para tratar de uma lei de minha autoria que cria a Semana Estadual de Conscientização da Saúde da População Negra em Santa Catarina. Este encontro será realizado na terceira semana de maio, ocasião em que pretendemos trazer pessoas do Ministério da Saúde para tratar de assuntos pertinentes à saúde da população negra. Como já falei, não existe uma doença específica na população negra, mas ela sofre com mais intensidade doenças cardiovasculares, hipertensão, derrame cerebral, diabetes e anemia falciforme.

Essa lei foi promulgada no dia 7 de janeiro deste ano, portanto, a partir desta data todos os anos vamos debater a saúde da população negra no estado de Santa Catarina.

Gostaria também de levantar outro problema, sr. presidente, que v.exa. já comentou nesta

tribuna várias vezes, que é a interdição das escolas na cidade de Joinville. Estamos patinando com o Colégio Estadual Professora Juraci Brosig, em Paranaguamirim, que estava para ser interditada. Trabalhamos para que isso não acontecesse e a SDR nos prometeu que iria iniciar as obras de reforma, e iniciou, mas pararam novamente. Os pais, a Associação de Pais e Professores veio nos cobrar isso e as obras foram retomadas. Mas ocorreu uma nova paralisação porque a secretaria de Desenvolvimento Regional não deu mais continuidade às obras, deixando os pais e os professores receosos, já que seus filhos não têm recebido aula de forma adequada, causando um transtorno para as famílias que tiveram que colocar seus filhos em outras escolas.

Visitamos a Escola Básica Francisco Eberhardt, em Pirabeiraba, na cidade de Joinville, que estava em reforma, mas que atualmente está também interditada.

No Colégio Estadual Juracy Maria Brosig os problemas são poucos, há goteiras, interruptores precisam ser trocados e o exaustor da cozinha precisa de conserto, deputada Ana Paula Lima. São problemas pequenos que envolvem um custo de R\$ 1.000,00 ou R\$ 2.000,00 e que poderiam ser resolvidos com esse valor. Os pais que têm alunos nessas escolas acabam indo à nossa casa porque moramos no bairro e esses problemas não acontecem somente nas escolas de Joinville, estão acontecendo em todo o estado.

Então, gostaria que a secretaria da Educação, e que a SDR de Joinville dessem atenção a essas escolas e que essas obras fossem concluídas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sandro Silva. Faço minhas as suas palavras em relação a essas questões das escolas na cidade de Joinville.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, que está presidindo a sessão neste momento, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria de trazer à baila um assunto, talvez o mais importante tratado nesta Casa nos últimos tempos, que diz respeito à saúde dos catarinenses.

Assistimos, como todos os brasileiros, ao noticiário das 20h todos os dias e vemos um desfile de crises criadas no Sistema Único de Saúde do nosso país que se arrastaram até o sistema hospitalar de Santa Catarina, principalmente às redes filantrópicas e comunitárias, e isso tem causado um transtorno enorme à população, principalmente, à de baixa renda.

Hoje, várias entidades hospitalares estão em crise, devendo recursos para o INSS, para o FGTS, para fornecedores, muitas vezes desfazendo-se do seu próprio patrimônio para honrar débitos causados pela prestação de serviços do Sistema Único de Saúde. Hospitais estão pedindo o descredenciamento ao ministério da Saúde para não atender mais pelo SUS. E como fica a nossa população?

Assistimos ao crescimento da inflação, nos últimos 16 anos, em mais de 200%, sendo que o reajuste do salário mínimo cresceu mais de 300% nesse mesmo tempo, e a tabela de serviços prestados pela assistência médica hospitalar não foi reajustada em nenhum centavo em nosso país. Isso, sr. telespectador, tem causado a falência dos nossos hospitais.

O estado de Santa Catarina tem investido cada ano mais recursos nos hospitais públicos para manter o mesmo atendimento. Os hospitais filantrópicos e as santas casas estão em estágio falimentar.

Por isso foi criada nesta Casa a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e estamos fazendo a nossa parte buscando levar esse debate em todo o estado, como também pelo país na campanha

Saúde+10, que tem como objetivo propor uma emenda na Constituição obrigando o governo federal a colocar 10% de suas receitas em saúde, porque os municípios já colocam 15% e os estados 12%. É hora de pensarmos grande nesse momento, de pensarmos nas pessoas e de uma vez por todas mexermos na caixa-preta do sistema SUS colocando mais dinheiro.

Temos um sistema de saúde em nosso país que orgulha todos nós, brasileiros. O SUS, na sua composição teórica, na sua legislação, é um sistema completo. Mas, ao mesmo tempo, ao longo dos anos, diversos governos deixaram de reajustar os seus honorários pelo crescimento da inflação, e isso causou uma defasagem tão grande que hoje está matando o sistema SUS, mas também está causando a morte de muitos brasileiros e catarinenses na porta dos hospitais por falta de atendimento. É hora de pensarmos nas pessoas; é hora de pensarmos em reajustar a tabela do SUS imediatamente!

Por isso quero fazer um apelo a todas as autoridades e ao ministério da Saúde para que reajustem, mesmo antes dessa emenda constitucional que vamos propor na Câmara dos Deputados, a tabela do SUS e salvem os nossos hospitais e a vida de muitas pessoas.

É impossível, hoje, que para um procedimento médico, como o tratamento de um AVC, que custa quase R\$ 2 mil, o SUS reembolse um hospital na faixa de R\$ 398,00. É impossível administrar um estabelecimento de saúde nessas condições!

Por isso fica aqui, em nome da frente parlamentar, o apelo a todas as autoridades para que busquem uma solução à questão do Sistema Único de Saúde em nosso país.

Intensificamos, nessa reta final, junto com a comissão de Saúde da Assembleia, um trabalho de coleta de assinaturas em todo o estado de Santa Catarina. No Brasil já somam mais de 1.250.000 assinaturas. Nós queremos passar de 1,5 milhão de assinaturas nesse projeto, e aí, sim, num movimento nacional, brigar na Câmara dos Deputados para aprovar essa emenda e, de uma vez por todas,

fazer justiça às pessoas que tanto precisam do Sistema Único de Saúde deste país.

Esse é um apelo que fazemos em nome da Federação dos Hospitais de Santa Catarina e das Associações dos Hospitais do nosso Estado e do Brasil, em prol de um sistema hospitalar voluntário que é o responsável pelo atendimento de mais de 70% de todos os procedimentos hospitalares em nosso estado.

Estamos todos unidos, esta Casa e todas as autoridades de saúde do país e dos estados, em torno dessa causa que não tem um dono, a não ser o povo brasileiro que é dono dos recursos dos impostos pagos neste país. É hora de resolvermos uma questão estrutural da saúde, que é o financiamento do sistema. E é justo que tenhamos, deputado Kennedy Nunes, talvez que abrir mão de algum outro investimento para poder melhorar de uma vez por todas o funcionamento dos nossos hospitais e aí, sim, atender bem, com qualidade e na hora certa, os brasileiros e os catarinenses.

É este o apelo que queremos fazer na tribuna de hoje em prol dos hospitais e da saúde de Santa Catarina e do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer. Na verdade, uma das primeiras coisas que se tem que fazer é a revisão da tabela do SUS, porque é impossível um psicólogo, num atendimento por uma hora, ganhar R\$ 2,50.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos. E logo depois será o horário do PSDB, que permutou com o PSD.

O SR. SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital na tarde desta terça-feira, quero fazer uma reflexão acerca da matéria que foi publicada no jornal *Diário Catarinense* do dia de hoje.

(Passa a ler.)

"Balada na cadeia. Ministério Público e Corregedoria investigam a participação de presos em festa de agentes penitenciários em Chapecó".

Quero fazer uma discussão na linha, inclusive, do que o deputado Serafim Venzon apresentou aqui para nós. Ele estava discutindo sobre esse assunto no momento em que chegava a este plenário. E falo aqui como policial militar, aliás, policial militar que trabalhou 16 anos no sistema penitenciário, que se coloca nessa situação.

Mas quero colocar algumas visões a respeito disso. Não quero usar o termo sensacionalista, mas visões que buscam incutir na sociedade a ideia de que alguma coisa é necessariamente um escândalo. E talvez o escândalo esteja apenas na cabeça de quem escreveu ou na formalidade desta sociedade oficial que, com relação ao sistema prisional, vou repetir aqui - já disse isso inúmeras vezes desta tribuna, na comissão de Segurança Pública e em outras comissões, através de debates - é hipócrita no que tange à questão do tratamento do sistema prisional, dos presos etc. Todos vêm aqui e acolá e a própria lei coloca que o objetivo da pena é ressocializar o apenado, aquele que transgredir, que ofende, que contraria a legislação, o conjunto de normas, de costumes da sociedade.

Por outro lado, a imprensa e a sociedade oficial vão dizer desta forma, até para não colocar a responsabilidade exclusiva na imprensa, porque ela também é uma pequena parte da sociedade oficial.

Não é a primeira vez que veio essa questão à baila. Há poucos anos, dois ou três anos atrás, a imprensa mostrava como sendo o maior escândalo do Brasil o churrasco feito pelos presos do presídio do 4º Batalhão, cuja maioria é de policiais. Mas há lá também os presos do colarinho branco, pois quando acontece de um colarinho branco ser preso, geralmente fica um tempo naquele presídio. Então, o escândalo do Brasil inteiro naquele final de semana foi que os presos tinham feito um churrasco dentro do presídio. É um presídio. Há muros altos! Há grade de ferro, há celas, há um pátio pequeno,

uma pequena área coberta que quando está chovendo mal cabem os presos debaixo daquela área. Então, eles acabam tendo que se recolher dentro da cela ou no alojamento, se preferir.

Na verdade, as condições não são muito melhores daquelas dos outros presídios, mas o escândalo foi que eles estavam junto com os familiares de todos os presos fazendo um churrasco, mostrando o preso com uma faca sorrindo, brincando com as crianças. E aquilo foi o maior escândalo do final de semana apresentando em rede nacional, no *Fantástico*.

Eu pergunto: se o objetivo é efetivamente ressocializar, acaso receber a família, confraternizar com a família e com os amigos e visitantes, desde que isso não ofenda a segurança, e nunca ofendeu ninguém e nem ninguém nunca fugiu dali, ninguém foi agredido, não é uma forma de fazer isso? Aí não pode! O preso que está no presídio em Chapecó, que tem um regime disciplinar estabelecido, que sabe tocar gaita ou violão, tem que ser proibido de tocar gaita ou violão na confraternização dos trabalhadores ou até dos outros presos?

Eu sou de um tempo - aliás, quando cheguei à penitenciária esse tempo estava acabando - que torneio de futebol entre os presos era comum. Não era difícil uma partida de futebol envolvendo os agentes penitenciários e os próprios presos. Era um período em que as relações eram mais tranquilas.

Não estou defendendo isso como tese porque, repito, sou policial e sei cuidar primeiro da segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, representante também da região oeste do estado, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, somos eleitos para ser deputado por toda Santa Catarina. Se alguém não é, não tenho culpa, mas gosto de ser deputado por toda Santa Catarina.

Quero, inicialmente, cumprimentar as deputadas presentes, os srs. deputados e todos os telespectadores da TVAL, bem como os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Indo na esteira do deputado Amauri Soares, assomo à tribuna desta Casa, deputada Ana Paula Lima, para tratar também da questão segurança não somente de Santa Catarina como de todo o Brasil. Não sou contra que apenados participem de eventos junto com outros servidores do sistema penitenciário, mas tudo dentro de um regimento, deputado. Tudo tem regra. Agora, quem autorizou aqueles apenas a participar de uma festa? Quem autorizou aqueles apenas a beber bebida alcoólica numa festa? Existe um regimento. Na hora em que se perde a autoridade, se perde, evidentemente, a condição de mando dentro do sistema penitenciário.

Mas quero aqui trazer para as sras. deputadas, para os srs. deputados e a todos os telespectadores a capa da revista *Isto É*, do dia de hoje:

(Passa a ler.)

"Maioridade penal aos 16 anos.

Os jovens de 16 anos conquistam novos direitos, mas ainda são tratados como crianças quando cometem crimes graves. Agora aumenta a pressão para que adolescentes recebam penas mais duras quando participam de crimes hediondos ou são reincidentes e o Congresso resolve enfrentar essa questão".

Srs. deputados, estamos a assistir, a ouvir e a ler, em toda grande imprensa nacional, os mais diversos crimes praticados por crianças e adolescentes, muitas vezes, acompanhados, é verdade, por adultos.

(Continua lendo.)

"José Valdir e Maria Rita perderam o filho Victor Hugo, de 19 anos, assassinado por um menor

de 17 anos em frente à sua casa. O criminoso era reincidente. Havia ficado preso apenas 45 dias”.

Esse é o quadro no Brasil hoje.

(Continua lendo.)

“Aos 16 anos, Champinha chocou o Brasil ao assassinar um casal de jovens em São Paulo. A menina também foi barbaramente estuprada. Para não ser solto, entrou numa espécie de limbo jurídico. Está preso até hoje”.

Deputado Kennedy Nunes, fazendo uma avaliação, o que pode acontecer nos dias de hoje com aquelas pessoas que ao atingirem 16 anos e no interregno de tempo até os 18 cometerem um crime?

O que a legislação brasileira deixa ou não um adolescente dessa idade fazer?

Um adolescente que completa 16 anos adquire o direito de votar. Desde a Constituição de 1988, o voto se tornou facultativo para o adolescente. Os menores de 18 anos também estão bebendo; estão fumando; já adquiriram o direito de dirigir automóvel; já adquiriram o direito de assistir a filmes até então somente permitidos para adultos; adquiriram o direito do casamento; o direito da emancipação, mas não estão adquirindo o dever de ser presos e condenados quando praticarem crimes hediondos, latrocínios, sequestro, como acontece hoje com o adulto.

O número de jovens que responde por crimes e contravenções cresceu 67% em dois anos no Brasil. Em Santa Catarina, são centenas de casos registrados somente em 2011, em que 2.281 garotos e garotas foram apreendidos por porte ou tráfico de drogas. A participação de adolescentes é de 15,4% em assassinatos esclarecidos em Santa Catarina.

Os grandes jornais do país, como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*, segundo pesquisas feitas, divulgam, deputado Reno Caramori, que de cada cinco brasileiros quatro querem a redução da maioria penal no Brasil. Ou seja, 93% da população paulista querem essa redução. Países como a África, Argélia, Marrocos, África do Sul, Escandinávia, Itália, Rússia, França, Polônia,

Inglaterra, Ucrânia, Escócia têm idade penal menor do que a nossa, que é de 18 anos.

Ora, sr. deputado Jorge Teixeira, 93% querem a redução da idade penal, mas o que nos deixa chocado é que infelizmente o governo de Dilma Rousseff vai à contramão do que pensa a população brasileira e afirma ser contrário à redução da maioridade penal. O ministro da Justiça também diz que a redução da maioridade penal somente favorece o crime. Eu pergunto, sr. ministro: quantos recursos o governo federal tem destinado à prevenção, ao controle e à redução da criminalidade no país como um todo? É um absurdo o governo de Santa Catarina contrair empréstimo junto ao BNDS para investir na segurança pública de nosso estado, ao invés de vir dinheiro, pois o governo federal tem as suas burras cheias e não destina recursos para o Brasil inteiro.

Não se pensa, deputados Neodi Saretta e deputada Ana Paula Lima, na vítima, pois o infrator é procurado pelas entidades assistenciais, mas a vítima, aquela que sofre, não é procurada por ninguém, nem pelos direitos humanos, pela OAB, pelo Ministério Público e nem pelos governos devidamente constituídos.

Vou citar um depoimento de uma das vítimas de Santa Catarina, que disse que até hoje não teve assistência devida em razão de um crime bárbaro cometido contra a sua família.

(Continua lendo.)

"Foi publicado no jornal *Notícias do Dia*, da semana passada: Redução da maioridade penal para os 16 anos.

Geovana Borba, 42 anos, nunca vai esquecer o dia 16 de outubro de 2012, quando os sonhos da família se reduziram a um punhado de lembranças. Naquela noite, como em todas as outras, ela aguardava a chegada do marido, o policial civil Maurino Paulo Borba. 'Ele era sempre igual. Ele chegava, ela estava na sala, via o portão abrir e ia para a porta recebê-lo'. Conta a mulher. Mas ela nunca mais teve a oportunidade de dar boa-noite à Bila. Antes de descer do carro, o policial foi surpreendido por três adolescentes que

anunciaram um assalto. Ao empunhar a pistola que carregava na cintura, foi alvejado por pelo menos três tiros."

Onde fica a vítima nesse sentido? Por que ele está dando assistência?

É evidente que o adolescente também...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Marcos Vieira. O tema é extremamente importante, mas temos que obedecer ao horário.

Ainda dentro do horário reservado dos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, desejo falar aqui sobre dois assuntos. O primeiro diz respeito à ExpoGestão, tendo como coordenador o empresário Alonso José Torres, que fará uma exposição daqui a pouco a respeito desse evento que se constituiu, nos últimos anos, no maior evento de gestão de recursos humanos do sul do Brasil.

Quero convidar os deputados, presidente Kennedy Nunes, para participar desses três dias de palestras, de debates, de repasse de informações fundamentais para o crescimento pessoal e, sobretudo, para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina e do Brasil.

Contamos com a presença da Acij Jovem, nas pessoas de Douglas Strelow, Fabrício Roberto Pereira, Roger Becker e de Alonso José Torres, que coordena a realização desse evento há muitos anos.

Sr. presidente, a Acij Jovem foi criada há alguns anos e congrega um grupo de jovens empresários ousados, corajosos, pragmáticos que criaram muitos projetos que são conhecidos no Brasil, deputado Neodi Saretta. O primeiro deles é a ExpoGestão, que é o maior evento de Santa

Catarina e que já trouxe para palestrar executivos do mundo inteiro, ou seja, nacional e internacional. Estavam presentes nesse evento o sr. Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República, Domenico De Masi e James Hunter, enfim, executivos renomados.

A ExpoGestão é fruto de um trabalho de jovens empresários que se organizam, que se reúnem e desenvolvem um trabalho há muitos anos em Joinville e em Santa Catarina.

Outro projeto, deputado Reno Caramori, que ficou famoso no Brasil e que foi realizado em outras cidades foi o Feira do Imposto, que foi material nacional e demonstra claramente à população o exagero da cobrança de impostos em nosso país.

A Acij Jovem não poderia ser diferente, pois revelou alguns talentos que foram cedidos à gestão estadual. Posso dar dois exemplos: do presidente da Celesc, Cleverson Siewert, jovem inteligente, bem formado, criado e formado na Acij Jovem; o secretário Alexandre Fernandes, que deixou o governo; o secretário de Assuntos Estratégicos que foi o grande assessor, o grande interlocutor, o grande executivo, ao lado do governador João Raimundo Colombo, que intermediou a vinda da GM, da fábrica de tratores para Garuva, da BMW para Araquari e, possivelmente, deputado Reno Caramori, a vinda da Mercedes para o norte de Santa Catarina.

Então, temos somente a agradecer pelo trabalho pragmático, corajoso, ousado, visionário, moderno da Acij Jovem de Joinville.

Sr. presidente, também desejo falar de outro assunto aqui que diz respeito à segurança do trabalho em Santa Catarina e no Brasil. Tive o prazer de ser delegado do ministério do Trabalho, de 1996 a 1999, neste estado, e sabemos que o grande patrimônio do trabalhador não é somente a bicicleta nem a sua casa e muito menos o seu carro. O grande patrimônio do trabalhador, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que foi subdelegado em Joinville, é a sua saúde, é a vida dos nossos

trabalhadores. Disso não podemos abrir mão de forma alguma.

Há poucos dias aprovamos, nesta Casa, um projeto de lei de autoria do deputado Gelson Merisio, que determina a capacitação de trabalhadores que vão atuar nas empresas que prestam serviços para o poder público de Santa Catarina, sobretudo trabalhadores que vão atuar na área com grau de risco 3 e 4, construção civil, máquinas pesadas e assim por diante. Um projeto de fundamental importância porque há muitos anos ocorreu um acidente com um avião da TAM, em que morreram 40 pessoas. A mídia ficou falando sobre isso durante seis meses, um ano, dois anos, três anos.

Ocorreram, em 2012, em Santa Catarina, 2.717 acidentes fatais. A média é em torno de 3.000 mortes no Brasil. E não é de trabalhadores qualificados, de serventes de pedreiro, operadores de máquinas, pessoas simples, humildes que tocam suas vidas com muita dignidade e dificuldade em áreas insalubres, em áreas com grau de risco 3 e 4.

No ano passado ocorreram, em Santa Catarina, 152 acidentes fatais, com 152 mortes, sendo que a média é de 150 mortes. Na minha época, a média era de 100, 110. Vergonhosa e absurdamente, estamos assistindo ao aumento de acidentes fatais em nosso estado. Ocorreram no estado 47.000 acidentes de toda a ordem, com 152 mortes. No Brasil morrem, aproximadamente, 3.000 pessoas, sendo que em 2012 morreram 1.700 pessoas, e gastamos dos cofres públicos, no ano passado, no Brasil, R\$ 70 bilhões com acidentes.

Ora, o acidente não interessa a ninguém, ele atinge duramente a família. Nas empresas morrem pessoas qualificadas, a comunidade, mas o nosso país gasta boa parte dos recursos da nossa arrecadação para custear acidentes de toda a ordem, sobretudo os acidentes fatais.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Quero cumprimentá-lo pelo assunto, conheço bem a área, até porque sou técnico formado em segurança do trabalho, tirando primeiro lugar no curso. Digo isso por quê? Porque desde criança atuei nessa área defendendo os direitos, principalmente o direito físico do trabalhador. Na nossa empresa procuramos sempre coordenar o trabalho do nosso funcionário para que ele não se acidente, porque um trabalhador acidentado pode traumatizar uma equipe de cem pessoas. O *stress* que os colegas do acidentado enfrentam é tão grande quanto o acidentado, quando é de pequena monta.

O que me deixa mais estarecido é que pouco se divulga a respeito dos cursos de segurança no trabalho, de engenharia de segurança no trabalho, de técnico de segurança no trabalho, sobre o cuidado com a integração física, moral e mental dos trabalhadores.

Em Caçador, na universidade, há um curso de segurança do trabalho, mas é preciso divulgar mais a respeito e fazer com que as empresas entendam a necessidade de se manter esse profissional na empresa. É necessário fazer com que o trabalhador entenda a importância de observar as regras e os princípios de segurança no trabalho, porque muitas vezes a empresa oferece o equipamento de segurança, mas ele não usa ou relaxa e facilita pelo excesso de segurança.

Existem dois caminhos: em primeiro lugar, a empresa deve exigir e, em segundo lugar, o funcionário deve respeitar as regras. Isso é muito importante. Esses dados que v.exa. mostra são estarecedores. Não é possível que no mundo de hoje, com a tecnologia existente em todas as áreas, ainda enfrentemos esse tipo de coisa. Por isso quero cumprimentá-lo pelo assunto que aborda e acho que deve haver prosseguimento nesse debate.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado.

Queremos fazer um apelo à superintendência do ministério do Trabalho de Santa Catarina, ao seu novo delegado, no sentido de realizar campanhas

educativas e, sobretudo, de prevenção para a saúde e segurança dos trabalhadores.

No dia 28 de abril foi comemorado o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, que é um dia de comemoração e, sobretudo, de reflexão porque precisamos, como disse o deputado Reno Caramori, fazer uma cruzada no sentido de mobilizarmos toda a sociedade sobre essa questão de os trabalhadores utilizarem os equipamentos de proteção individual coletiva, para que possamos salvar vidas em Santa Catarina e no Brasil.

Como amanhã será comemorado o Dia do Trabalhador, não poderíamos deixar de nos dirigir aos trabalhadores com carinho, respeito e elogio, porque quem constrói Santa Catarina e o Brasil são os empresários, a comunidade e o poder público, mas fundamentalmente os trabalhadores, principalmente os braçais, pessoas que com muita dificuldade criam suas famílias.

Por isso o dia de amanhã é um dia de reflexão e, sobretudo, de festa e de comemoração, porque precisamos buscar muitas conquistas ainda, mas nos últimos anos avançamos muito, sem dúvida alguma.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. deputado Kennedy Nunes, que está presidindo esta sessão ordinária; sra. deputada Angela Albino; srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, assomo à tribuna desta Casa hoje para falar sobre a necessidade de uma ação imediata, pois a situação é gravíssima, do sr. governador Raimundo Colombo quanto às denúncias gravíssimas de corrupção ocorridas em Blumenau, sob pena de o estado de Santa Catarina - já fiz esse alerta anteriormente, mas agora com

uma maior preocupação - ficar sob o manto da impunidade.

O Brasil está perplexo com as denúncias que comprovam a existência de uma rede de corrupção no governo de João Paulo Kleinübing em Blumenau, minha cidade, uma cidade ordeira, de homens e mulheres que trabalham muito, que tem na sua digital a marca da honestidade e da perseverança, mas que agora, infelizmente, está nas páginas policiais do Brasil pela ação corruptora, à época, dos seus dirigentes municipais.

Segundo matéria divulgada que os srs. parlamentares e Santa Catarina já têm conhecimento, como também o Brasil, porque vários parlamentares já mencionaram isso nesta Casa hoje pelo *site* da UOL, os desvios somam mais de R\$ 100 milhões e foram flagrados na operação Tapete Negro do Ministério Público Estadual.

Srs. deputados, não quero prejudicar ninguém, mas os fatos são gravíssimos e exigem uma postura firme do sr. governador em defesa, principalmente, da moralidade pública. Ele não pode dizer que não foi avisado.

Aprovamos nesta Casa, depois de muita insistência, de muito debate, de muita conversa com vários parlamentares, com o líder do governo, um pedido de informação em que manifestamos nossa preocupação com a indicação do ex-prefeito João Paulo Kleinübing à Presidência do Badesc. E pasmem, srs. deputados: nesse pedido de informação foi indagado ao Procurador-Geral do estado se ele tinha conhecimento dos escândalos de corrupção no município de Blumenau e das investigações feitas pelo Ministério Público sobre o que estava sendo divulgado acerca daquele município. O procurador respondeu nesse pedido de informação do dia 6 de março deste ano que não tinha conhecimento de nada.

Um procurador da República não tomar conhecimento sobre esse assunto, através da imprensa e do Ministério Público, que estava deflagrando essa operação, não ter conhecimento de nada, é muito estranho. Mas o governador do estado sabia, porque a imprensa de Santa Catarina, desde

o começo deste ano, já tinha divulgado que essa operação tinha sido deflagrada desde o ano passado.

A matéria nacional divulgada hoje é contundente, mostra o próprio Vilson Kleinübing ordenando a fraude de licitação de recurso do Badesc, banco que ele atualmente preside. Então, no ano passado, durante o seu mandato, fraudou licitações no município de Blumenau com dinheiro do Badesc.

Sr. governador, o caso é grave, envolve o presidente do Badesc e o secretário de estado da Comunicação, sr. Nelson Santiago, que era presidente do Badesc durante os eventos denunciados.

Sr. governador, não há outra atitude a ser tomada do que a imediata exoneração do presidente do Badesc, João Paulo Kleinübing, e também do secretário da Comunicação, sr. Nelson Santiago, porque eles estão em processo de investigação criminal, de fraude de licitações do dinheiro do Badesc.

Sr. governador, a presença do denunciado por corrupção no seu governo coloca em suspeição todas as ações daquele banco, inclusive de um projeto de que vamos aprovar aqui hoje, se possível for, se houver quórum, do programa Juro Zero, coordenado pelo presidente do Badesc, que é investigado por suspeita de corrupção naquele banco, no município de Blumenau.

Como pode, srs. parlamentares, um fraudador de licitação comandar um banco, o Badesc? Como pode, sr. governador, um fraudador de licitação coordenar um programa de Juro Zero?

Sr. governador, a divulgação das gravações passa a gerar uma série de dúvidas. E espero que o senhor agora tome conhecimento do que está sendo divulgado na imprensa nacional sobre o esquema da Operação Tapete Negro que está sendo disseminado pelo estado!

Está sendo colocado que a situação é gravíssima, mas passo agora a apresentar alguns dados sobre a questão.

Todo o material disponibilizado nesta apresentação foi retirado do site www.uol.com.br, do dia 30 de abril de 2013.

(Procede-se à exibição do slide.)

(Passa a ler.)

"As escutas revelam megasquema de corrupção que teria desviado pelo menos R\$ 100 milhões do estado de Santa Catarina.

Em escuta, ex-prefeito de Blumenau manda fraudar licitação de obra fantasma.

O presidente de empresa pública, na época da URB, fraudou concorrências e contratou empresas de que era sócio."

É isso que está nesse *site* e que todos podem ter conhecimento e acessar a respeito das denúncias feitas pelo Ministério Público, onde há uma simulação de tomada de preços.

(Continua a exibição de *slide*.)

Essa estatal, a URB, é uma empresa municipal, é a companhia urbanizadora de Blumenau, entra em concorrência pública para realizar uma obra da prefeitura do referido município. Como ela não tem condições de realizar a obra, contrata empresas terceirizadas para fazê-las, e algumas dessas pessoas são sócias dessas empresas contratadas pela URB.

É uma terceirização fraudulenta dos trabalhos. Infelizmente, essa pessoa que hoje está coordenando o banco é que orientou, inclusive, o ex-secretário de Obras e o presidente da companhia urbanizadora. O ex-prefeito, João Paulo Kleinübing, liga para o então secretário de Obras, fala com ele e utiliza palavras inclusive que não estão de acordo com a população, com as famílias de Blumenau, que falam palavras grotescas, de baixo calão, referindo-se a projetos daquela natureza. Isso, srs. parlamentares, está na imprensa nacional e espero que o procurador e o governador do estado de Santa Catarina saibam quem é que está presidindo o Badesc, quem é essa pessoa.

Ele orienta, inclusive, numa fala dele, que falou com o Nelson Santiago, que era presidente do Badesc na época e que hoje é secretário de estado

da Comunicação, os quais são amigos, que combinaram esse jogo para fraudar licitações no município de Blumenau!

Então, entre o sr. Vilson Kleinübing, prefeito na época, e o secretário, que está ali fazendo positivo, é o secretário de Obras da nossa cidade na época que fraudou todas as licitações das obras daquele município. Ele orienta, inclusive, dizendo assim: o prazo não é mais 31 de agosto, o prazo é dia 7 de julho.

E ex-secretário de Obras, Alexandre Brollo, responde que é para depois de amanhã. E depois continua a fala com ele. Foram gravações feitas sob a orientação do Ministério Público.

"Deve estar licitada a obra e com a ordem de serviço emitida". E novamente ele fala aquele monte de palavrões, que não é coisa da cidade de Blumenau, que é desse prefeito que governou, infelizmente, a nossa cidade.

Ele diz o seguinte: "É, sim, dispensa para a URB com data atrasada e a ordem de serviço com data de hoje, orienta o secretário de Obras. Está bom. Estou ligando para o presidente da urbanizadora e estou indo lá."

De um projeto que não existe, srs. parlamentares!

O projeto não existia, ele pegou o dinheiro, desviou recursos públicos para obras fraudulentas, pois não havia projeto, não havia licitação, não havia nada!

Essa denúncia saiu em nível nacional. E o que lamenta é que o governador disse que não sabia desse caso, que o procurador de estado não tinha conhecimento, mas agora tem, porque essas denúncias saíram em rede nacional.

Como parlamentar desta Casa, srs. deputados e sras. deputadas, solicito ao governador do estado que proceda à exoneração imediata do presidente do Badesc e do secretário de estado da Comunicação, porque não são pessoas dignas, honestas para estarem respondendo nesta pasta.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Srs. deputados, há sobre a mesa um requerimento assinado pelo sr. deputado Darci de Matos e pelos demais líderes solicitando que seja destinado um tempo de até dez minutos para a apresentação dos responsáveis pela ExpoGestão 2013, um dos maiores e mais renomados encontros empresariais do Brasil que será realizado entre os dias 14 a 17 de maio, em Joinville.

Para isso, é necessária que seja suspensa a presente sessão. Então, a sessão será suspensa por até dez minutos e logo após continuaremos com a sessão normalmente.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha). Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0234/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0235/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0236/2013 e 0237/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0238/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0239/2013 e 0240/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0241/2013, de autoria da deputada Angela Albino, 0242/2013 e 0243/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0244/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0245/2013, 0246/2013, 0247/2013 e 0248/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0249/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0398/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0399/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0400/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0402/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0403/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0404/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0405/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0406/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0407/2013, de autoria do deputado Mauro

de Nadal; 0408/2013 e 0409/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0410/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0411/2013 e 0412/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0413/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0046/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apreciamos este projeto na comissão de Constituição e Justiça depois de muito debate. Eu vou votar a favor, mas espero que o presidente do Badesc não seja a pessoa escolhida para coordenar neste momento esse programa, porque está sob suspeita, com investigação do Ministério Público de Santa Catarina.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, da prefeita Ivone Mazutti de Geroni e do ex-prefeito João Batista de Geroni, do município de Calmon; do ex-prefeito e hoje vereador Clóvis Bergamaschi, do município de Penha; do vereador Claudinei Ruduitte Pressi, do município de Penha; e de Antônio Paulo, do município de Penha.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Sejam bem-vindos a esta Casa! Pedimos que a assessoria faça o registro da presença das autoridades aqui nominadas.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, sou obrigada a dizer que ter um comunicador à frente da Presidência desta Casa torna a sessão muito empolgante.

Gostaria de tratar sobre a decisão da Justiça de Santa Catarina de liberar a união homoafetiva no estado, que é o oitavo do país que tomou essa decisão. Eu trouxe aqui um material para discutir um pouco sobre esse tema, na perspectiva da vivência plena dos direitos humanos.

Mas o assunto que a Casa não pode se furtar de tratar, o tema que não podemos nos furtar de tratar no dia de hoje diz respeito exatamente ao que a deputada Ana Paula Lima trouxe, com muita contundência e propriedade, para esta tribuna. Não se trata de falar de fulano ou beltrano, não se trata de falar de um partido ou de outro, trata-se de escuta telefônica muito clara e que não deixa margem nenhuma à dúvida.

Eu queria tratar desse assunto, tendo alguns colegas jornalistas de pouco tempo de diploma neste plenário, para debater um pouco sobre a questão da liberdade de imprensa. Que liberdade de imprensa construímos no Brasil? Quando defendemos a liberdade de imprensa, exatamente do que estamos tratando no Brasil?

O *site da UOL* e o *site da Folha de São Paulo* já tinham anunciado para o Brasil inteiro de que o presidente do Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina foi flagrado numa conversa de fraude envolvendo a prefeitura de Blumenau e o referido banco. E todas as páginas importantes de noticiários da *internet* já davam conta desse fato, mas Santa Catarina estava em mudez absoluta. Novamente as redes sociais é que fizeram um trabalho dizendo de que há coisa que não dá para fazer de conta que não está acontecendo.

E o governo do estado de Santa Catarina, srs. deputados, precisa chamar rapidamente uma coletiva de imprensa para dizer o que pensa sobre este assunto. Se ele vai ser fiador pleno de desmentir o que dizem as gravações e o Ministério Público, porque é de ônus político do governador, ou se vai demitir Kleinübing da Presidência do Badesc.

Vou colocar aqui, deputada Ana Paula Lima, num surto de boa vontade, na esfera da discricionariedade do governador demitir ou não demitir, o que eu faria, mas não sei o que o governador vai fazer. A única posição que não pode é a posição mais reiterada deste governo, que é a do silêncio. Vou ficar abaixadinha aqui, quietinha como um bagre ensaboadado, esperando passar. Quem sabe conseguimos dois dias, três dias e isso desaparece dos noticiários.

Srs. deputados, estamos falando de quem está à frente de um banco. E o governador, se assim desejar, pode vir a público e dizer que é fiador de plena confiança do presidente do Badesc. Mas não pode é transferir o ônus do silêncio ao povo catarinense. Porque precisamos saber o que o governador pensa de um integrante que não é somente de alto escalão do seu governo, como sabemos, que prima da proximidade com o governador. Portanto, faz parte desse núcleo que mais diretamente dirige o governo do estado de Santa Catarina.

Não há dúvida do que se tratou ali. Além disso, deputada Ana Paula Lima, para minha surpresa, uma pessoa que publicamente é sempre tão polida no trato com a coisa pública, como se fosse o quintal ou a latrina da sua casa, porque a expressão que usa ali, o modo como vê a coisa pública, inclusive... Mas se o governador quiser dizer que para mim isso não faz diferença nenhuma, pode dizer. Mas tem que dizer! Mas não pode ficar novamente no silêncio e contar com o silêncio, como diria o poeta, esse silêncio todo me atordoia.

Vimos na imprensa de Santa Catarina um silêncio absoluto. E recordava um caro amigo de convivência na Assembleia que, ontem, quem gosta de rede social deve ter tido acesso no *twitter* ao

"Fora Colombo", que é *hashtag*, uma ferramenta que há no *twitter*. "Fora Colombo" foi organizado por estudantes, em particular do sul do estado. E queria parabenizar quem se organizou, pois foi o tema mais usado no país ontem!

Então, ontem, no Brasil, o "Fora Colombo" foi a expressão mais usada e repetida.

Estou dizendo isso porque fizemos um roteiro pelo interior do estado incluindo Lages, Capinzal, Ouro, Concórdia, Criciúma, desde quinta-feira até domingo pela manhã, e vimos, senhores integrantes da base do governo, que de fato eleição não se ganha e não se perde antes de eleição.

Os que diziam que a reeleição de Raimundo Colombo estava pronta precisam rodar um pouco mais no estado, precisam ouvir e colher mais sobre o que se tem passado na alma do povo catarinense.

O que temos dito aqui, o que temos vivido e experimentado aqui é que temos um governo que não se governa; um governo que desconhece as ações do próprio governo; um governo que cada um tem o seu feudo e não tem um timoneiro; um governo sem governo.

Esse não é um sentimento somente daqui. Fui a Lages, por exemplo, que é a terra do governador, e lá há uma imensa rejeição ao governo Raimundo Colombo.

Deputada Ana Paula Lima, aos que vêm propagando de que estaremos todos no mesmo palanque porque a eleição já está feita, é bom lembrar que se o PMDB tiver juízo, realinhar as forças políticas deste estado, que no grande divisor de águas da história deste país estivemos de um lado e eles estiveram do outro, voltar para casa, voltar para onde nunca deveria ter saído, mudaremos completamente a história da eleição de 2014 em Santa Catarina, que não está dada, não está construída. Os que dizem que tudo já aconteceu, que já está pronto, que vai ser por "WO", há muita surpresa vindo por aí.

Talvez as forças políticas venham a reboque, mas há um sentimento generalizado no povo catarinense de que não temos governo.

Agora, neste instante, os agentes prisionais estão aqui em assembleia discutindo. Há 1.700 agentes prisionais para cuidar de 17.500 presos em Santa Catarina. Há concurso público que já venceu e o governador não chama os que passaram. Há concurso público em fase de vencimento na saúde, há concurso público que precisa ser feito na educação, porque saúde, educação, segurança não se faz com outra matéria prima que não sejam as pessoas, os servidores e as servidoras públicas.

O governo do estado de Santa Catarina, que hoje se orgulha de ter obtido tantos recursos do governo federal, ainda sim não mostrou para o que veio e estamos virando a curva. O cabo da boa esperança já passou e as tormentas ainda estão em andamento. Vamos tentando buscar apoio nos que têm ainda uma visão republicana dentro do governo e percebemos a angústia desses poucos agentes públicos que de fato se dedicam a construir política pública do estado das coisas, que ninguém decide no governo!

Portanto, saio desse roteiro que fiz pelo interior do estado, mas as reivindicações que temos visto dos servidores públicos e essa complexidade que foi a flagrante ligação telefônica interceptada do presidente do Badesc vão expondo cada vez mais a fragilidade deste governo.

A nossa disposição, deputada Ana Paula Lima, é que possamos apresentar um projeto alternativo para Santa Catarina, que possamos dizer para o nosso estado, assim como o PSDB vai ter que fazer também, que já foi rifado da aliança, embora mantenha lealdade no plenário da Assembleia Legislativa, que é possível construir possibilidades novas. E quem já está antecipando o final do jogo antes do juiz apitar está muito distante do que Santa Catarina tem falado, tem pensado e tem sentido.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Reno Caramori.

O Sr. deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Sr. presidente, gostaria de registrar, com satisfação, a presença do vereador Jucemar Sangaletti, do município de Urussanga, nossa terra do vinho, que veio aqui contemplar e convidar todos para, nos próximos dias, participarem da festa *Ritorno Alle Origine*.

É uma satisfação tê-lo conosco neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Está feito o registro. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, senhoras e catarinenses aqui presentes, gostaria de assomar à tribuna para falar de assuntos mais alegres, mas as fatalidades acontecem.

Quero informar que perdemos hoje uma grande companheira, sra. Marlene Piccinin, vice-prefeita de Abelardo Luz, que foi uma guerreira representando a mulher daquele município de Santa Catarina por sua participação ativa na administração, um exemplo de mulher atuando na área social, deputado Silvio Dreveck, por muitos anos, com muita responsabilidade. Ela foi secretária da Saúde.

Lamentavelmente ainda jovem, com 56 anos, quis o destino tirar-lhe a vida, hoje pela manhã, às 9h30, quando se dirigia ao município vizinho de Xanxerê para participar de uma reunião e se sentiu mal. O ataque foi fulminante e ela veio a falecer.

A bancada do PP, e espero que os demais deputados desta Casa, transmite as suas condolências à família, aos amigos e a todo o município, porque a sra. Marlene era um exemplo de participação ativa, estava sempre preocupada com as coisas do município, principalmente com a área da saúde e do bem estar social da nossa gente.

Esperamos que alguém ocupe o seu lugar fazendo o que ela sempre fez em prol daquela comunidade. É difícil, mas não é impossível, ninguém é insubstituível.

Escutava atentamente a fala da nossa grande deputada combativa de Blumenau Ana Paula Lima, quando anunciava a notícia veiculada por um meio de comunicação de que alguns prefeitos e funcionários das prefeituras daquela região seriam suspeitos de alguma fraude.

Estou há 20 anos nesta Casa e sempre procurei me manifestar após os trâmites legais. Por exemplo: enquanto José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, fazia as falcatruas e a imprensa anunciava, ele as continuava fazendo; depois José Genuíno, ex-presidente do PT; Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, e João Paulo Cunha, do PT de São Paulo. Enquanto eles não foram julgados, nunca me manifestei. Respeitei aquilo que a lei determina e tivemos esse cuidado porque não temos o direito de prejudicar ninguém. Mas não tenho procuração para defender o ex-prefeito, grande líder, João Paulo Kleinübing nem outros mencionados pela imprensa, porque precisamos ver as coisas acontecerem.

A partir do momento em que a Justiça mostrar que realmente eles fizeram ou cometeram atos lesivos prejudicando a sociedade, eu me curvarei. Mas acho que da mesma forma que fiz com essas quatro personalidades que estão prestes a ir para a cadeia com condenações de alguns anos, que sempre foram grandes líderes do PT, existem dois do PP também que não os descarto por corrupção passiva, que são Pedro Henry e Pedro Corrêa. Não os defendo, em absoluto! Nem me manifestei enquanto tramitava o processo na Justiça. Agora, condenados, mas com direito à defesa, têm a obrigação de cumprirem com as penas que lhes foram impostas pela Justiça.

Por isso que acho que é o fim da picada José Dirceu e José Genoíno estarem ainda usando cargos na comissão de Justiça! Agora, se o Kleinübing, que hoje é o presidente do Badesc, deve alguma coisa, ele está na função, na sua atividade profissional que lhe foi imposta pelo governador e

está exercendo uma atividade dentro de um órgão público. Mas quero crer que a sua observação quando da votação, deputada Ana Paula Lima, não condiz com a ética deste Parlamento, fazendo uma ressalva de que ele não poderia presidir os destinos desses valores.

É muito ruim para o Parlamento de Santa Catarina quando nos deparamos com um monte de ladrões do mensalão que estão impunes ainda porque não acharam um jeito de botar na cadeia. Agora, é necessário haver o julgamento e aí vou me curvar para a sra. deputada, mas precisamos, em primeiro lugar, deixar que a Justiça assim julgue, porque de boato a imprensa aplica, divulga muitas coisas, depois não era bem aquilo e a imprensa fica impune. Respeito a imprensa, mas isso é responsabilidade de cada um.

Então, faço este registro, deputada Ana Paula Lima, porque eu, nesses 23 anos de Casa, sempre tive o cuidado de não acusar ninguém, de não maltratar ninguém, mesmo essa quadrilha do mensalão. Enquanto eram somente boatos, eu os respeitava. Depois que foram julgados os assassinos da consciência brasileira, desmoralizando um governo pelas suas falcatruas, vim a esta tribuna mostrar as fatalidades. E repito aqui que não defendo os do meu partido que são dois ex-deputados que participaram do mensalão.

Assim sendo, entendo que é prematuro julgarmos e virmos a esta Casa denegrir a imagem de um cidadão que presta um bom trabalho. Conhecemos a família do acusado, o seu pai foi governador do estado, um homem íntegro que, infelizmente, nos deixou precocemente, e ficamos chateados porque este Parlamento tem a grande responsabilidade de dizer a verdade e de repente o povo esquece. Mas precisamos que ter, deputada, o cuidado quando falamos as coisas aqui, que isso é complicado, pois quando acusamos alguém, temos o dever de provar.

Portanto, faço essa ressalva. V.Exa. havia solicitado um aparte, temos ainda um minuto, mas v.exa. prefere se inscrever para falar.

Então, queria aqui, mais uma vez, fazer esse pequeno comentário e repetir que não tenho procuração para defender ninguém, mas tenho a obrigação, como parlamentar desta Casa, de também buscar a justiça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, infelizmente terei que voltar ao tema da cadeia. Mas também quero, antes de fazer o registro da matéria da capa do jornal *Diário Catarinense*, dizer que a Justiça autoriza união civil entre pessoas do mesmo sexo no estado de Santa Catarina.

Na verdade, a decisão já existe anteriormente e a legislação nunca impediu, mas pelos usos e costumes isso era negado. Agora, também a Justiça de Santa Catarina orienta e formaliza a forma de fazê-lo para os 584 cartórios do estado. Acho que é uma decisão importante que merece até ressalva do movimento do Brasil inteiro e do mundo, que está caminhando nessa direção e nessa perspectiva.

Junto com isso a ressalva de que o deputado Ismael dos Santos trouxe aqui o episódio lamentável de pessoas envenenando gatos e ratos na cidade de Blumenau. Na Lagoa da Conceição o Movimento LGBT nos informa que existe um movimento de segregação contra os homossexuais. É perseguição. E logo na charmosa Lagoa da Conceição, a ilustrada Lagoa da Conceição. Talvez sem perceber que boa parte dos turistas que lá passeia e deixa seu dinheiro é homossexual. Evidentemente que a opção sexual é de cada um e há que ser respeitada, na minha avaliação, e o estado, como instituição laica, deve fazer justiça a todos os cidadãos da mesma forma.

Então, esse é o nosso registro, ou seja, de lamentar isso que tem ocorrido na Lagoa da Conceição. Por certo não é a maioria da população da Lagoa, talvez um *pitboy*, algum desvairado ou,

me permitam dizer, até o termo populacho, algum enrustido, com medo de homossexual, tenha tomado uma atitude dessa natureza, que com certeza a maioria da população da Barra da Lagoa, lideranças comunitárias, bastante expressivas e importantes, é de homossexual. E isso não atrapalha em nada, nem ao caráter nem a firmeza com que defendem seu ponto de vista e representam aquela comunidade.

Mas voltarei, sim, à questão da balada da cadeia. Primeiramente, para deixar registradas algumas coisas e claro o que penso. Evidentemente que se o preso está tomando bebida alcoólica está errado e alguém errou. E o principal errado não é o preso, se ele está recebendo bebida alcoólica dentro do sistema prisional, numa festa promovida por servidores públicos. Se isso afeta a segurança de qualquer pessoa dentro do sistema prisional ou fora dele, dos seus servidores, afeta naquele dia ou no futuro por conta de alguma conivência que se possa criar entre o preso e o funcionário público, evidentemente que é ruim, é condenável.

Se isso não é uma política organizada e sistematizada, também é um problema. E é um problema, principalmente, se isso é somente o reflexo, uma parte, uma aparência de um sistema não padronizado de tratamento.

Mas quero insistir aqui, até porque li na íntegra a matéria que saiu no *Diário Catarinense*, que não se fala em uso de bebida por parte dos presos e nem que havia bebida na festa, fala apenas que estavam tocando gaita e violão. Isso em si não é um escândalo. E se a sociedade vê como escândalo o fato de o preso estar numa confraternização e tocar gaita ou violão, isso somente prova a hipocrisia do discurso socializador. Então, admitam logo que não é verdade, porque para ressocializar é preciso que o preso seja tratado em todos os aspectos da vida como um ser humano, e ser humano estuda, trabalha e Santa Catarina orgulha-se de que a maioria dos presos está trabalhando. Mas o ser humano é mais do que isso; é mais do que trabalho, estudo e, principalmente, é mais do que cela. O ser humano precisa ouvir música, conversar, praticar esporte

e tocar também. E a arte é uma das formas de fazer a ressocialização, para o indivíduo sentir que estava errado e que precisa tomar outro rumo na vida. Sentir gosto pela vida é a forma mais eficaz da ressocialização.

Por outro lado, entrar na tese do discurso de que se deve reduzir a maioria penal para resolver o problema da violência no Brasil também está errado porque difunde para a sociedade uma panacéia. Isso não é a solução do problema da falta de segurança na sociedade brasileira. Aliás, a região da Grande Florianópolis ficou um bom tempo sem uma única casa de recolhimento ao menor infrator. Agora voltou o Pliat, na agrônômica, mas o São Lucas foi demolido faz dois anos e parece que a obra está começando.

Então, o estado não é capaz de cumprir minimamente a legislação existente e há uma legislação a ser aplicada contra ou a favor, se preferirem, ao menor infrator que não é aplicada na Grande Florianópolis, deputado Kennedy Nunes, porque o estado não tem vagas para colocar os menores infratores. Se o estado não faz a sua parte, não cumpre a legislação, vai apresentar a panacéia da redução da maioria penal para quê? Para não precisar mais fazer a casa de recolhimento dos menores, jogar todos no cadeia do estreito, que já está superlotado e não cabe mais ninguém.

Na minha avaliação, é um discurso que chega perto da demagogia e que na verdade difunde o ódio na sociedade. Evidentemente que quem é vítima da violência quer sejam praticadas medidas duras.

Eu, como policial e cidadão, inclusive como sociólogo - perdoem-me usar esse termo, não é para dar chave de graduação em ninguém -, defendo e argumento, no interior do movimento popular do qual venho, que é preciso que haja mais coesão, eficácia e firmeza dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, de todas as instituições de segurança, harmonia e entendimento de como se deve trabalhar para combater o crime, inclusive para evitar que a barbárie social se aprofunde. É uma contingência.

Infelizmente, há que endurecer para evitar que a barbárie se aprofunde, porque quanto mais se aprofundar a barbárie, mais uma proposta de cunho fascista reacionário vai adquirir espaço na sociedade brasileira apavorada, com medo da violência que está entrando em todas as casas.

Para se ter eficiência e cumprir bem a lei que existe, que não cumpre, o estado precisa fortalecer todas as instituições de segurança contratando e capacitando mais efetivo, tratando com dignidade e valorizando os profissionais da segurança pública, com a carreira dignificante e com o salário compatível com a complexidade da atuação na área de segurança pública, policial militar, policial civil, agente penitenciário, bombeiro, IGP e assim por diante.

Então, é preciso ter efetivo suficiente e valorizá-lo.

Falando em questão salarial, está um silêncio por parte do governo do estado de Santa Catarina. Um silêncio!

Em outras categorias, já se discutiu por que houve greve, por que é preciso se fazer greve.

O governo precisa tomar medidas rápidas, concretas e corretas sobre salário. Corretas! Que não sejam feitas outras bobagens!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -

Srs. parlamentares, convidamos todos os deputados que fazem parte da comissão de Proteção e Defesa Civil, a pedido do deputado Jean Kuhlmann, presidente da referida comissão, para participarem de uma reunião que será realizada às 17h, na sala da imprensa.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, já me pronunciei anteriormente no horário do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, mas pela falta de tempo não consegui um aparte na fala do deputado Reno Caramori, que estava falando sobre o assunto, e

retorno à tribuna por insistência, até para dar algumas respostas.

Conheço v.exa., deputado Reno Caramori, sei da sua honestidade, sei que é um homem probo, até que se prove ao contrário, um colega parlamentar em defesa, tenho certeza, das boas ações públicas, mas não podemos tapar o sol com a peneira. Somos responsáveis pelos destinos e pelos recursos dos catarinenses. Por isso que a minha vinda a esta tribuna, na tarde de hoje, não foi para acusar ninguém, foi para orientar, inclusive, o nosso governador sobre a suspeição de uma pessoa.

Não acusei ninguém, apenas repeti uma nota da imprensa nacional sobre uma investigação que aconteceu na minha cidade de Blumenau e que pela primeira vez a polícia tomou os prédios da prefeitura, no ano passado, para aquisição de documentos por fraude em licitações dos recursos do Badesc.

Não sou eu que estou acusando. Não sou eu que estou investigando. V.Exa., deputado, deve perguntar ao Ministério Público sobre essa situação do ex-prefeito, João Paulo Kleinübing, hoje presidente do Badesc. E deve perguntar também à imprensa nacional o que eles colocaram, pois apenas reproduzi a matéria. Espero que a justiça seja feita.

Perguntamos também, deputado Reno Caramori, ao governo se ele tinha conhecimento dessas investigações, já zelando pelos recursos de todos os catarinenses sobre a indicação de uma pessoa que está sendo investigada, suspeita de fraudar as licitações. Foi esta a minha colocação.

Se v.exa. não tomou conhecimento, está ali o site para tomar conhecimento desse problema que vem ocorrendo.

Não é justo, deputado Reno Caramori, uma pessoa que está sendo investigada por suspeita de desvio de recursos e fraude em licitações represente um banco.

Tenho certeza de que v.exa., como empresário do transporte público do estado de Santa Catarina, sendo que sua família é dona da empresa Reunidas,

não iria colocar uma pessoa suspeita para cuidar do caixa da sua empresa. Não pode, deputado!

É sobre essa questão que tenho orientado o governador. E vou pedir novamente - v.exa. não estava presente naquele momento no plenário - à assessoria para colocar a conversa do vídeo do ex-prefeito João Kleinübing com o ex-secretário de Obras de Blumenau pedindo para fraudar licitação.

Não fui eu que fiz essa escuta! Essa escuta foi feita pelo Ministério Público de Santa Catarina, em que o prefeito fala com o ex-secretário de Obras em um site de uma matéria vinculada em nível nacional a respeito da Operação Tapete Negro, com palavras, deputado Reno Caramori, que não vou nem falar aqui, pois não condizem com o cargo que exercia na época e hoje, como presidente do Badesc, referindo-se às fraudes de licitações naquele município.

Ele falava e pedia ao ex-secretário para mudar a data dos projetos das obras, dizia que o prazo era 31 de agosto e ia se reportar a 7 de julho, e que estava preocupado com a situação porque o dinheiro era do Badesc.

Então, deputado Reno Caramori, se ele já era suspeito, já estava sendo investigado, como é que o governo do estado de Santa Catarina, o nosso governador, pode estar também trazendo para ele esse problema? Colocando inclusive sob suspeita todos os recursos daquele banco que é presidido por João Paulo Kleinübing. Foi essa a situação.

Não somos responsáveis por requestrar matéria antiga, deputado Reno Caramori. Somos responsáveis pelas ações do governo do estado em Santa Catarina. Somos parlamentares eleitos para fiscalizar o governo, para fazer leis para o nosso estado, para zelar pelos recursos públicos. Então, essa matéria foi colocada em rede nacional porque o Brasil inteiro está questionando por que foi nomeada uma pessoa que está sendo investigada pelo Ministério Público para presidir um banco. É por isso. É por essa razão.

Tenho certeza de que v.exa., que é um deputado zeloso, também vai ficar preocupado com esse problema e vai inclusive tomar conhecimento,

deputado Reno Caramori, sobre o que a imprensa nacional está falando a respeito das investigações de fraude de licitações de várias empresas que foram contratadas, terceirizadas pela Companhia Urbanizadora de Blumenau, que é uma empresa pública.

Então, lamento a colocação do deputado Reno Caramori, tenho certeza de que ele não tinha conhecimento sobre essa matéria, mas agora vai ficar mais atento, inclusive, nas suas falas. Podem fazer a defesa que quiserem, mas não queremos que o governador do estado também seja suspeito sobre os recursos oriundos do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o nosso Badesc.

Por isso peço, como parlamentar, a exoneração, a demissão do sr. João Paulo Kleinübing e do sr. Nelson Santiago, que é o secretário de Comunicação do estado de Santa Catarina, enquanto não terminaram as investigações. Terminadas as investigações e não sendo mais considerados suspeitos, que exerçam os cargos que se fazem necessários. Mas enquanto houver suspeita, uma pessoa que está sendo acusada de fraude de licitação ser presidente de um banco, não dá para fechar os olhos para essa questão!

Era isso, sr. presidente, e peço desculpas, mas a assessoria não conseguiu colocar na íntegra a fala do ex-prefeito Kleinübing com o secretário de Obras e também com o sr. Nelson Santiago. Mas quem quiser tomar conhecimento, podemos ver no site da UOL, que trouxe hoje uma reportagem bem interessante sobre essa situação da Operação Tapete Negro do Ministério Público de Santa Catarina, ou seja, o desvio de R\$ 100 milhões do Badesc para obras fraudulentos na cidade de Blumenau.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, quero,

inicialmente, agradecer ao secretário de Defesa Civil de Santa Catarina, sr. Milton Hobus, pela presença neste plenário.

Quero convidar os senhores membros da comissão de Defesa Civil para participarem, depois desta sessão, de uma reunião, a fim de conhecermos os projetos da referida comissão que trata, inclusive, sobre o projeto de prevenção de cheias do vale Itajaí e o trabalho que o governador Raimundo Colombo vem fazendo naquela região, no sentido de proteger a comunidade. É um projeto amplo que vai defender toda a população na questão das cheias, num trabalho de prevenção muito importante.

O governador, Raimundo Colombo, esteve, recentemente, no médio vale Itajaí e em Blumenau, trazendo obras e recursos para a nossa cidade, deputado Ismael dos Santos, como para o hospital Santo Antônio, pavimentação de vias, garantindo recursos, por exemplo, para continuação da ponte do Badenfurt, que já foi iniciada. São R\$ 10 milhões de empresas que terão a possibilidade de fazer o depósito direto na conta do estado, sendo que esse recurso que o estado não abre mão será aplicado justamente na continuação dessa obra que é tão importante e que foi iniciada pelo ex-prefeito João Paulo Kleinübing, assim como também a obra da margem esquerda do rio Itajaí-Açu, que são obras extremamente importantes.

Mas quero dizer que acredito efetivamente na pessoa do secretário da Comunicação, Nelson Santiago, pela sua personalidade e pela seriedade do trabalho que o ex-prefeito, João Paulo Kleinübing, realizou no município de Blumenau. Tenho certeza absoluta de que todos os fatos vão ser explicados e que ele vai ter toda a possibilidade de demonstrar que não passam de meras especulações, não passam apenas de diálogos mal interpretados. Enfim, que possa realmente fazer a sua defesa no sentido de esclarecer para a sociedade a verdade.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jean Kuhlmann, tivemos a oportunidade de acompanhar a administração do ex-prefeito João Paulo Kleinübing e entendemos que talvez, no afã de apressar e concluir projetos para a cidade, tenha incorrido em falhas processuais e administrativas ao querer ver a obra acontecer.

Mas continuo acreditando na sua idoneidade e espero e tenho certeza de que ele fará o esclarecimento dos fatos e trará não somente para a sociedade catarinense, como também a este Parlamento, todas as informações e esclarecimentos que vão nos deixar com tranquilidade e serenidade quanto ao convênios realizados entre o Badesc e a cidade de Blumenau.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - O Badesc teve um papel fundamental na execução de várias obras no município de Blumenau, deputado Ismael dos Santos, e agora, não somente no passado, para a execução, por exemplo, da margem esquerda do Rio Itajaí-Açú, a nova Beira-Rio, foram utilizados recursos oriundos do Badesc, que teve um papel fundamental, e continua tendo, tanto é que o governo do estado, deputado Kennedy Nunes, colocou à disposição de Blumenau e para outros municípios o Programa Juro Zero, recursos que virão para a execução de obras com juro zero, em que o próprio estado vai subsidiar o juro.

Então, Blumenau em nenhum momento, não podia no passado e não pode no presente nem no futuro perder esses recursos tão importantes para a cidade.

Tenho certeza de que a questão do Badesc e de outras obras que foram realizadas estão dentro da legalidade. Espero que os fatos sejam esclarecidos, porque as pessoas têm direito de defesa e não podemos vir à tribuna apenas condenar sem dar o direito de defesa.

Creio que a presidente Dilma Rousseff também não age dessa forma porque senão muitas pessoas que foram acusadas no mensalão já estariam condenadas, e elas têm o direito de se defender. É isso que temos que preservar: a democracia, o

direito de defesa, o respeito à história das pessoas. Cada um tem que assumir a responsabilidade perante seus atos, mas todos devem ter o direito de se defender para poder justamente esclarecer os fatos e mostrar a verdade para a sociedade.

Por isso Blumenau nem no passado nem no presente e nem no futuro poderá abrir mão de recursos importantes para a execução de obras. Acredito que com a força do governador Raimundo Colombo, com a presença de Nelson Santiago na secretaria da Comunicação, com a presença do presidente do Badesc, João Paulo Kleinübing, Blumenau estará recebendo muitos recursos.

Ora, vir aqui pedir a saída de Nelson Santiago porque uma pessoa do Badesc falou a respeito de prazo, não tem sentido! É muita irresponsabilidade! E não podemos agir desta forma e, sim, com maturidade, responsabilidade, permitindo que cada um possa se justificar, mostrar os fatos e se defender, o que é um direito de todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Gostaria, sr. presidente, de reforçar o convite do secretário Milton Hobus e convidar os deputados que fazem parte da comissão e também aqueles que quiserem acompanhar a explanação do secretário sobre os projetos dessa comissão, até porque há projetos tramitando nesta Casa e podemos tentar acelerar a sua discussão e votação para o bem de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem à Base Aérea de Florianópolis que comemora 90 anos.

Está encerrada a sessão.